



Lisboa – a cidade e as muralhas islâmicas (desenho baseado num manuscrito existente na biblioteca de Leiden)
(Cortesia Círculo de Leitores)

José Luís de Matos

LISBOA ISLÂMICA

Instituto Camões
Colecção Lazúli
1999

Ficha Técnica

Título: Lisboa Islâmica

Autor: José Luís de Matos

Tradutor: Badr Younis Youssef Hassanein

Concepção Gráfica da Coleção: Mário Caeiro

Na Capa: Painel de azulejos no miradouro
de Sta. Luzia (Lisboa)

Edição: Instituto Camões

Impressão e Acabamento: IAG-Artes Gráficas

Depósito Legal: n.º 144842/99

ISBN: n.º 972-566-204-0

LISBOA ISLÂMICA

O tecido urbano de Lisboa renova-se geração após geração, mas a configuração fundamental do Centro Histórico da cidade de Lisboa mantém muitas características herdadas do período islâmico.

As indicações literárias acerca da Alcáçova árabe, da Mesquita Alfama, ou da Cerca e das portas da Medina islâmica correspondem de forma imprecisa a elementos materiais existentes ainda no interior do Centro Histórico. No entanto, o urbanismo muçulmano estrutura o essencial dessa área urbana e constitui a matriz básica do seu espaço actual ¹.

A primitiva cidade de Lisboa ocupava a actual colina do Castelo e estendia-se desde o alto da sua acrópole até ao Rio. Lisboa tem as características de uma cidade portuária nascida junto da ribeira do Tejo; “Olisipo” fenícia e romana desenvolveu-se na retaguarda das suas praias e do seu sistema portuário.

A zona histórica da Medina de Lisboa localiza-se no interior da chamada “Cerca Moura”, uma muralha construída pelos romanos e, como o nome indica, refeita e reutilizada em época islâmica. Após a Reconquista Cristã o núcleo central da Cidade ficou defendido pela Cerca.

A Acrópole fortificada, alguns panos de muralhas, algumas vias e a própria globalidade urbana é tudo o que resta como vestígio atribuível a épocas anteriores à Reconquista no interior da Cerca Moura. A urbe fenícia e romana não é hoje imediatamente visível à excepção de alguns vestígios urbanos, vias ou espaços que recordam “fora” ou praças públicas ou o traçado urbano modelado por alguns grandes edifícios anteriores ao século IV ².

¹ Para uma perspectiva geral sobre o tema, vd. TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago, Lisboa, *O Legado Islâmico em Portugal*, Lisboa, 1995, pág. 96 a 105. COELHO, António Borges, *O Domínio Germânico e Muçulmano*, Livro de Lisboa, Lisboa, 1994, págs. 75 a 88.

² Cf. MOITA, Irisalva, *Das origens pré-históricas ao Domínio Romano*, Livro de Lisboa, Lisboa, 1994, págs. 35 a 68.

OLISIPO PRÉ-ISLÂMICA

Há evidências de povoamentos de época fenício-púnica junto ao sapal que ocupava o esteiro do Tejo na actual Baixa da Cidade e que possuía acesso directo ao rio e ao Mar. Em 218 a.C. ainda permanecia na foz do Tejo uma frota cartaginesa.

Em 138 a.C. os romanos tinham substituído os cartagineses e o general Décimo Júnio Bruto ocupava e fortificava a zona portuária de “Olisipo”. O grande desenvolvimento de indústrias pesqueiras na área da Baixa actual forneceu certamente a base económica para o desenvolvimento da Cidade em época de Augusto nos inícios da era cristã.

Conhecemos a Cidade pré-Islâmica através de trabalhos arqueológicos feitos em Lisboa, antigos e recentes, com realce para “poços de sondagem” praticados há poucos anos ao longo de duas linhas de pesquisa. Uma delas vai do Teatro Romano à Sé de Lisboa e à Casa dos Bicos sondando a colina monumental. Uma segunda estende-se pela Ribeira e pelo esteiro da Baixa desde a Casa dos Bicos ao Rossio e à Praça da Figueira passando pelas ruas da Prata, dos Correeiros, dos Sapateiros, etc. 3. Esta última permite identificar a velha zona portuária e industrial romana, no local onde estão ainda hoje implantados arruamentos de ofícios medievais e modernos.

Do conjunto de trabalhos arqueológicos destacam-se, em primeiro lugar, as escavações realizadas na Sé de Lisboa. Uma grande via pedonal de época romana, uma “Cardo” monumental, atravessa de norte a sul o claustro da Sé. Ligava o Teatro romano que lhe fica a montante na encosta da colina com a zona da Casa dos Bicos, a jusante, na área da Ribeira ⁴.

Junto ao antigo porto romano, os arqueólogos encontraram marcas de um povoamento que já existia cerca de 1.500 anos antes da ocupação muçulmana e que é visível no

“Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros”, vestígios de época fenícia e parte do enorme conjunto de fábricas de salga de peixe de época romana, incluindo estruturas industriais e objectos de época islâmica encontrados no local ⁵.

³ Cf. AMARO, Clementino, *A Indústria de Salga de Peixe na Baixa de Lisboa*, Livro de Lisboa, Lisboa, 1994, págs. 69 a 74. MATOS, José Luís de, *A Romanização inicial, os Mares e os Rios. Miscelânea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, 1996, pags. 331 a 338.

⁴ MATOS, José Luís de, *As Escavações no interior dos Claustros da Sé*, Livro de Lisboa, Lisboa 1994, págs. 32 a 34.

⁵ CATÁLOGO DAS PEÇAS, NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO B.C.P., (Coordenação de Clementino Amaro), Lisboa, 1995.

LUXBUNA A MEDINA E OS ARRABALDES

No alto da Medina onde se localiza o Castelo, de origem árabe-islâmica, ficava a Alcáçova, residência do “alcaide” e lugar central da defesa do aglomerado urbano. Foi conquistado pelo rei Afonso Henriques (Ibn-Anrriq) em 1147. Desde as suas muralhas tem-se uma visão ampla da Medina e seus arrabaldes, nomeadamente da antiga zona industrial de Lisboa situada na zona baixa da Cidade.

Descendo para a porta oriental da Cerca Moura, junto às portas do Sol podem observar-se panos da muralha islâmica da cidade. Alguns dos seus vestígios são de época islâmica, mas as pesquisas arqueológicas feitas ultimamente em alguns locais da cidade permitem identificá-la globalmente como Cerca tardo-romana refeita em época islâmica, possivelmente no século X após o saque de Ordonho III a Luxbuna.

Percorre-se depois o eixo viário principal da Medina, a antiga “decumana” da cidade tardo-romana que vai das Portas do Sol até à Porta do Ferro perto da catedral, igreja cristã construída sobre a antiga “Mesquita Aljama” de Luxbuna. Nos claustros da Catedral foi recentemente descoberta uma parte dos muros pertencentes à Mesquita.

O alinhamento dos prédios no Campo das Cebolas à Ribeira Velha, onde a Casa dos Bicos é o edifício mais prestigioso da frente urbana, deve-se ao facto de todos eles terem sido construídos sobre a Cerca Moura que lhe fica no interior. As portas da cidade antiga interrompem ainda hoje a linha de edifícios e todo o conjunto materializa a presença das antigas muralhas⁶.

Mas é sobretudo a ocupação do território na área da Cerca Fernandina (um muro de defesa datado do século

XIV, erguido para proteger os antigos arrabaldes púnicos, romanos e islâmicos de Lisboa), que mostra características mais antigas. Os velhos povoamentos de época islâmica possuem dentro desta Cerca exterior da Cidade maior visibilidade que os do interior da Cerca Moura.

Os subúrbios que a muralha tardo-romana deixou de fora, constituíam já na antiguidade vastas áreas urbanas. A fortificação protegia apenas o núcleo mais importante da “civitas” imperial, já que muitos templos, armazéns portuários, balneários, o “circo” ou hipódromo, e sobretudo a extensa zona industrial do esteiro da Baixa – uma área onde a actividade fabril existia desde pelo menos trezentos anos antes de Olisipo ter sido ocupada pelos romanos – foram excluídas ⁷.

Essas áreas, porém, nunca se perderam para a Cidade. As fábricas romanas de salga de peixe do esteiro da Baixa continuaram a laborar pelo menos até ao século V. Sobre elas os arqueólogos encontraram olarias e ferrarias de época muçulmana que faziam certamente parte dos arrabaldes mencionados pelo cruzado que escreveu a Osberto acerca da conquista de Lisboa aos mouros ⁸.

O antigo porto romano e islâmico já referido acima, localiza-se na foz de um esteiro onde desaguam duas das ribeiras que configuraram, em toda a extensão, os povoados suburbanos a margem ocidental de Olisipo e Luxbuna.

Perto do porto localizou-se a mancha urbana das judiarias que ocupavam em época medieval uma área vasta. Unicamente através de testemunhos literários conhecemos hoje os espaços ocupados na antiguidade pelas judiarias, mas elas continuam presentes na Cidade através dos “negativos urbanos”.

A norte das judiarias, existiu em época islâmica um porto fluvial na confluência das ribeiras da Baixa e, na Costa do Castelo, o núcleo cristão de Santa Maria de Alcamim-Santa Justa e Rufina.

Mais a norte, sobre o vale da ribeira de Arroios junto ao Martim Moniz, ergueu-se a Mouraria, provável núcleo urbano de época islâmica com uma história longa e complexa em época cristã⁹.

No arrabalde oriental, no alto da encosta da Mouraria, localiza-se o núcleo urbano de S. Vicente, separado fisicamente da comuna de Alfama-Alcaçarias que fica mais abaixo.

Alfama é, segundo o viajante árabe Edrisi, o centro da cidade islâmica onde existiam banhos quentes (“Alfama”, termo que originou o topónimo Alfama) à beira do porto. Este bairro mantém ainda hoje, juntamente com a Mouraria, características que têm sido classificadas como islâmicas. Permita-se-nos desde já uma breve análise do assunto. Alfama e Mouraria entram na categoria lisboeta de “bairros populares”. Essa é uma designação aplicável a conjuntos urbanos que se configuram exteriormente como entidades individualizadas e quase autónomas, que utilizam interiormente grande diversidade de soluções na ocupação do espaço e sistemas construtivos dotados de uma autonomia interna que escapa à lógica do ordenamento racional do espaço urbano como um todo. Aí coexistem na verdade variados tipos de edificações ao longo de ruas e ruelas estreitas e tortuosas e em torno de pátios, muitas vezes privados, ou dos adros das igrejas que organizam o domínio público – domínio religioso.

Deve acrescentar-se que Alfama e Mouraria não são diferentes por terem tido uma origem islâmica ou por serem mouras. São-no por adoptarem uma lógica de ocupação do espaço que efectivamente ainda hoje possuem as populações do Norte de África. Nada nos permite porém afirmar que se trata de uma característica própria de populações islâmicas. Independentemente da matriz original, talvez o que mais importe é saber quais os motivos da permanência actual do

“souk” árabe, ou, dito de modo diverso, o aspecto próprio de “bairro popular” que possuem.

⁶ SILVA, A. Vieira, *As Murallas da Ribeira de Lisboa*, 1, 3ª ed., Lisboa, 1984, pags. 183 a 220. O tema é tratado globalmente em, id. *A Cerca Moura de Lisboa*, 2ª ed., Lisboa, 1939.

⁷ AMARO, 1994, id.. MATOS, 1996, id.

⁸ CONQUISTA DE LISBOA AOS MOUROS – NARRAÇÕES PELOS CRUZADOS OSBERNO E ARNULFO, (Complemento ao vol. II de *Lisboa Antiga* de Júlio de Castilho, tradução do latim de José Augusto de Oliveira), 2ª ed., Lisboa, 1936, pág. 78. Esta obra teve nova tradução e comentário por: ALVES, José da Felicidade, *Conquista de Lisboa aos Mouros*, Lisboa, 1989.

⁹ Perspectiva geral sobre Lisboa após a Reconquista em: MARQUES, Oliveira, *Depois de Reconquista – a Cidade na Baixa Idade Média*, Livro de Lisboa, Lisboa 1994. Referências muito pertinentes à Mouraria de Lisboa nos séculos XII e XIII: BARROS, Filomena Lopes de, *A Comuna Muçulmana de Lisboa, séc. XIV e XV*.

LYXBONA CRISTÃ

A Reconquista transformou o espaço interior da “Cerca Moura” numa estrutura de povoamento marcadamente feudal. A “Cerca” é presidida desde então, na sua acrópole, pela Alcáçova de um “rei castelão” e pontuada de edifícios religiosos e de espaços administrativos e militares localizados em áreas tipograficamente distintas entre si. De alto a baixo, configura-se uma divisão tripartida do espaço (bem patente ainda no dispositivo urbano do século XVI). São elas: a Alcáçova Real, uma zona administrativa e aristocrática, uma zona de serviços.

Os antigos núcleos de povoamento dos arrabaldes islâmicos foram tutelados desde o século XII pelo novo dispositivo cristão-feudal implantado na Cerca Moura. As antigas moçarabias de época islâmica parecem ter evoluído antes das demais comunas no sentido de uma integração feudal-cristã que as transformou, a prazo, no “Concelho” cristão, detentor de larga autonomia social e política. “Concelho” que, então como hoje, permanece sob a protecção de S. Vicente, bandeira de moçárabes. As mourarias e judiarias mantiveram autonomias “de facto” (e de direito) que as identificam como entidades sociais autónomas, até ao século XVI no caso das judiarias, e até pelo menos ao século XVIII no que respeita às mourarias¹⁰.

À excepção das judiarias (transformadas no século XVI e desaparecidas no XVIII), os conjuntos edificados correspondentes às comunas de época islâmica mantiveram até ao presente, características significativas de identidade e de autonomia urbana.

Os antigos arrabaldes, as zonas periféricas da antiga Medina, são, a partir do século XIII, enquadrados nas vias de saída por grandes mosteiros ou conventos, estruturas reli-

gias que se constituem em aro urbano definidor da muralha fernandina. Materialmente falando a chamada “Cerca Fernandina” foi concebida e realizada, quase inteiramente e numa lógica de defesa própria, por cinco grandes mosteiros e Conventos. O muro protector contornava as cercas de São Vicente de Fora, de Nossa Senhora das Graças, de S. Domingos, do mosteiro da Santíssima Trindade, e do convento de S. Francisco.

Conhecemos os “tratos” que os vizinhos das comunas fizeram com os representantes do Rei para a construção, necessariamente limitada, de muros de defesa nos seus sectores, e a requisição Real de trabalhadores dos Concelhos vizinhos para auxiliar a construção dos muros nas áreas das comunas mais pobres, mas podemos também legitimamente subentender os que se fizeram com os mosteiros e conventos referidos e que a Crónica omitiu ¹¹.

A diversidade urbana existente em Lisboa nos períodos islâmico e medieval cristão é uma marca original da Cidade e permite entender por que razão coexistem hoje em Lisboa muitas “cidades” distintas, cada uma delas com a sua personalidade própria e inconfundível, onde os elementos de que se compõem revelam, de forma clara, a estrutura social, as características da vida económica, as ideologias de quem as concebeu e habitou.

¹⁰ BARROS, op. cit., págs. 20 a 22. TAVARES, Maria José Ferro, *Os judeus na Época dos Descobrimentos*, Lisboa, 1995, págs. 17 a 19.

¹¹ FERNÃO LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Porto, 1979, págs. 233 a 235.

LISBOA FEUDAL – A CIDADE DAS COMUNAS

Uma palavra mais acerca da diversidade urbana de Lisboa. A identificação do espaço ocupado pelas comunidades pode ser feita através da análise da simbólica espacial, marca perene deixada efectivamente no território da Cidade pelos grupos que se instalaram no período pós-reconquista. As igrejas e conventos implantados nessa ocasião em Lisboa, o culto aí realizado, a área territorial e social de influência dos oragos e patronos celestiais permitirá estabelecer substantivamente a localização, a identidade e o funcionamento social dos grupos em presença no período pós-islâmico.

Efectivamente cada comunidade que se instala num território desenvolve formas específicas de adaptação às condicionantes geográficas, explora de forma original o terreno, desenvolve uma estrutura própria que lhe permite o relacionamento com as comunidades vizinhas. Por outro lado materializa o domínio do espaço através da implantação de marcos simbólicos que se tornam demonstração ou retórica de poder dos grupos em presença, revelação da idiossincrasia das comunidades, sua própria representação simbólica.

São de referir expressamente dois tipos de marcação simbólica do espaço: por um lado, as próprias tipologias do “habitat” que resultam de uma “forma de estar na vida” as quais nem sempre são elaboradas conscientemente, constituindo do ponto de vista territorial as marcações simbólicas básicas dos grupos humanos; por outro, a utilização por cada um deles de determinados tipos de estruturas sagradas, edifícios e espaços religiosos que ocupam e organizam, física e ideologicamente, o espaço de cada uma das comunidades e

revelam o que cada uma delas assume ser a sua identidade ou o seu próprio modelo de estrutura de vida e as necessidades materiais e ideológicas que são as suas.

É que a legitimidade da ocupação do espaço deriva, para as comunas medievais, do beneplácito de Deus e dos poderes celestes que concedem e sancionam a posse do terreno e defendem as comunidades. Não nos pode por isso escapar o significado político e social dos topónimos religiosos ou “hagiónimos” existentes no território das comunas e da côrte. No caso de Lisboa nos períodos anterior e posterior à Reconquista o estudo dos critérios que terão presidido à sua implantação, a data em que surgem assim como o território de influência estrita e lata de cada uma das entidades celestes é essencial para a compreensão da Cidade de todos os tempos e das suas autonomias urbanas antigas e recentes.

Os “hagiónimos” que foram implantados após a Reconquista no espaço da Cerca Moura e seus arrabaldes, podem classificar-se em três categorias que não aparecem necessariamente separadas: ou são elementos distintivos constituindo símbolos de identidade e agentes de protecção de uma comuna ou grupo populacional, ou são entidades cuja existência revela o tipo de pressão ou imposição de poderes exteriores (políticos, militares, religiosos), a uma dada comunidade. Podem, em certos casos, indiciar a preponderância social de um grupo familiar num espaço determinado. O estudo das duas primeiras categorias possui grande interesse; dado que, se a primeira identifica as áreas e os grupos que aí se estabelecem, a segunda constitui um indício do funcionamento interno e das tensões externas a que cada comunidade está sujeita.

A Cidade é um produto social que revela eminentemente a sociedade que a estruturou ou nela vive. No caso presente, os grupos humanos organizaram-se autonomamente e vivem em autarcia urbana. Isso demonstra que a sua identidade é

tendencialmente de tipo familiar ou paratribal, que a multiplicidade das soluções habitacionais adoptadas são o retrato dos elementos de que se compõe uma população que pertence a este lugar, mas se marginaliza do todo da Cidade. Aqui se localizam as estruturas físicas e mentais de que necessita, as chefias sociais a quem obedece, aí está a figura totémica do santo que representa a comunidade.

Este tipo de entidades urbanas são cidades dentro de cidades. Podem ter, ou não, muros de protecção e portas que filtram as entradas e saídas, mas o controlo social de protecção e domínio é geralmente forte. A traço grosso podemos identificá-las como sociedades de tipo patriarcal, ou como sociedades feudais. Certamente Alfama e a Mouraria, como outros bairros da Cidade – S. Vicente, S. Cristóvão, Santana –, começaram por ser unidades urbanas de tipo comunal-feudal e não perderam até hoje, globalmente, essas características.

As sociedades feudais caracterizam-se pela distribuição de poderes por senhorios de vários tipos, com um grau elevado de autonomia própria, económica, judicial, militar. A vida social vive-se tendencialmente em autarcia. São geralmente sociedades orgânicas, fechadas, possuindo um horizonte, social e territorial, que pode ser apelidado de “horizonte tribal”. Todo o poder reside no chefe nuclear, seja ele o Patriarca, o Senhor, o “Caid” (Alcaide) ¹².

Neste contexto é muito específica e limitada a noção moderna de Nação ou mesmo de Bem Público, conceitos relacionados historicamente com o desenvolvimento tardio da Administração Real ¹³. Igualmente estranha é a noção de Cidade tal como a concebemos hoje. A Cidade confunde-se, na Idade Média em grande parte com o Concelho, ou seja com a comuna urbana dominante que toma para si, paulatinamente, o espaço das outras comunidades.

A independência de cada um dos núcleos urbano-feudais e a sua autonomia são, relativamente a todos os outros núcleos, um perigo evidente. Existe, por isso um sistema tensional de forças, mas a “paz social” só virá a ser assegurada pelo Rei-árbitro medieval.

Não é uniforme a caracterização dos núcleos: importará identificar “grosso modo” no seu interior, ou o sistema republicano caracterizado por uma distribuição de poderes sociais alargada e uma individuação notória dos seus elementos, ou os sistemas tribais, por vezes extremamente fechados, com dependências sociais e pessoais de tipo patriarcal e paternal.

Entende-se melhor “a contrario” a especificidade dessa ocupação espacial quando se toma consciência da ideologia dos espaços urbanos unitários das sociedades contemporâneas, ou quando se entendem correctamente os conceitos de unificação urbana relacionados historicamente com a centralização do poder dos Reis nas sociedades pós-medievais europeias e com o surto das ideologias nacionalistas nas Sociedades de Côrte dos séculos XVI a XVIII na Europa.

Historicamente a unificação urbana é consequência da centralização e “totalitarização” de poderes, nomeadamente do Poder Real e Papal. Torna-se evidente quando se constituíram os “tércios” profissionais dos Habsburgos, quando se convocou o Concílio de Trento, quando se instaurou a Inquisição de influência castelhana, quando se decretou a expulsão ou conversão mais ou menos forçada de judeus e mouros, se fez o combate aos hereges e outras não-pessoas do universo europeu. Foi então que se operou a unificação de espaços físicos e ideológicos e nasceu a percepção, que é ainda a nossa, do que é a Cidade.

¹² GURVITCH, Georges, *Traité de Sociologie* (trad. Portuguesa: *Tratado de Sociologia*, 1, Lisboa, 1968, págs. 302 a 308). O texto fornece a base conceptual para uma análise das Sociedades Patriarcal e Feudal.

¹³ Numa perspectiva de Sociologia Política ver, SMITH, Anthony, *The National Identity*, (trad. Portuguesa: *A Identidade Nacional*, Lisboa, 1997, págs. 13 a 33.)

RECONQUISTA – HERANÇAS E RECONFIGURAÇÕES

Lisboa herdou de época islâmica uma estrutura urbana directamente relacionada com a existência de grupos familiares e tribais, senhores de uma larga margem de autonomia social e territorial.

Na época imediatamente posterior à Reconquista, período acerca do qual temos alguns testemunhos literários, as comunas urbanas que podemos identificar como sendo anteriores à tomada de Lisboa pelos cruzados, são de três tipos: as de cristãos moçárabes, as judaicas e as mouras. Teremos de juntar às comunas antigas o núcleo feudal posterior à Reconquista, um espaço ocupado pela corte, pela nobreza feudal e por algum clero que substituíram no interior da Cerca Moura a antiga administração almorávide. São por isso em número de quatro as áreas de ocupação por núcleos urbanos, quase inteiramente autónomos social e juridicamente, quatro autênticas cidades, tuteladas pelo Rei e pelos forais.

Nesta conjunção social e urbana o papel do Rei é, em grande parte, o de um árbitro de conflitos intercomunitários, submetendo as comunas à “Justiça Maior” e impondo, paulatinamente, “Juizes de Fora” e outras justiças reais, até Lhe ser possível utilizar os instrumentos de unificação do território, politicamente primeiro, social e ideologicamente depois, com recurso a variadas inquirições e “inquisições”. Note-se que o confinamento urbano imposto pelo poder real a judiarias, mourarias e moçarabias, configura, conforme as épocas, ou espaços de liberdade e autonomia, ou uma intolerável “guetização”.

A Zona central do poder e administração cristã, o interior da Cerca Moura, foi forçadamente desocupada pelos muçulmanos após a Reconquista. Os textos referem a saída durante vários dias seguidos das populações islâmicas.

As marcas simbólicas ainda existentes permitem vislumbrar a realidade social existente no interior da Cerca Moura no período posterior à Reconquista. O Castelo ou castelejo, a Alcáçova ou Palácio Real, a zona militar – actual bairro de Santa Cruz – mudaram de mãos, mas não de funções. Ficou intacta a estrutura urbana, símbolo material de poder.

A zona aristocrática povoada de palácios e edifícios administrativos que vai do Castelo até Santa Luzia e S. Martinho, passou a ficar tutelada essencialmente pela igreja de S. Tiago que o mesmo é dizer, pelos cristãos do norte do território português que tinham o santo como patrono e bandeira.

A igreja de S. Martinho ocupava a única porta existente na imensa arriba que divide a zona aristocrática da área baixa da Cerca. S. Martinho, patrono dos cristãos do centro da Europa congregava certamente alguns dos grupos de vencedores vindos das costas do norte da Europa, mas não todos; fora de muralhas, S. Cristóvão, da especial devoção dos Normandos, substituiu-se à velha Santa Maria de Alcamim dos moçárabes.

Passado o Arco de S. Martinho, os ingleses da Reconquista congregaram-se, sem dúvida, em torno da Igreja de S. Jorge (desaparecida. no século XVIII), e do bispo inglês D. Gilberto que ficou na Sé muito perto do patrono dos anglosaxões.

Finalmente S. João da Praça ou S. João, o Degolado, patrono dos condenados à morte, presidia à praça dos enforcamentos na zona mais baixa da Cerca, zona de serviços nomeadamente do foro judicial ¹⁴.

Alfama tinha sido, como se infere da leitura dos textos de Edrisi, o centro portuário e mercantil de *Luxbuna* islâmica. Do ponto de vista urbano esta comuna não foi substancialmente transformada pela ocupação do espaço pelos cristãos. A população islâmica deve, em larga medida, ter permanecido em Alfama após a Reconquista.

Os marcos simbólicos implantados aí pelos cristãos são sinais de confronto e de luta, estratégia evidente quando se observa a implantação de igrejas em Alfama no século XII: S. Pedro, que na Idade Média é notoriamente o símbolo do Papa, foi certamente um centro cristão que veiculou o cristianismo papal ou o poder da Igreja Romana; S. Miguel, arcanjo da especial devoção da Corte, terá sido o símbolo falante do poder real e representou o domínio do Rei sobre os infiéis impondo-se também ao mesmo tempo ao poder eclesiástico presente na antiga comuna. Mas nem as lutas pela ocupação do espaço mourisco, nem as inquisições do século XVI ou os terremotos do XVIII fizeram perder a Alfama o aspecto de “*suk*” islâmico que ainda possui.

O espaço mais evidente de ocupação islâmica de *Lyxbona* é a Mouraria. Conhecêmo-lo como bairro pobre de agricultores, de oleiros, de comerciantes, mas é provável que existisse como bairro autónomo antes do século XII e não foi objecto de muita cobiça por parte dos cristãos. A história da Mouraria em época cristã é muito complexa e foi recentemente objecto de uma investigação cuidadosa¹⁵. Em todo o caso, e na perspectiva que nos interessa de momento, o núcleo urbano da Mouraria de Lisboa mantém grande parte das características primitivas, identidade global enquanto espaço habitado, equipamento urbano, vias e parte dos edifícios, etc. Um padrão de autonomia de tipo medieval anterior às concepções unitaristas do espaço que modularam a Lisboa moderna.

As judiarias tiveram um papel muito importante na Lisboa cristã até ao século XVI. Dominaram quase sempre o sistema portuário, financeiro e mercantil da Cidade. Existiam judeus em Lisboa em época islâmica e provavelmente na área da Judiaria Grande junto ao antigo Porto Romano. A importância desta comunidade foi muito grande, social e urbanisticamente, em época cristã, mas desapareceram quase totalmente as marcas urbanas das comunas judaicas, desfeitas pelas remodelações introduzidas pelas Vilas Novas de época manuelina e pelos terremotos telúricos e urbano-pombalinos do século XVIII. A documentação acerca das judiarias de Lisboa está publicada, mas não é, pelo menos até ao momento, muito abundante ¹⁶.

Tem havido recentemente um grande interesse pelas comunidades de cristãos moçárabes existentes nas Espanhas em época islâmica ¹⁷. O estudo dessas comunidades permitiu rever muitos conceitos acerca dos processos e âmbito das “reconquistas cristãs” na Península que aparecem agora sobretudo como reconquistas de tipo papal e europeu e não tanto como reconquistas cristãs propriamente ditas. Estudos recentes permitem concluir que o fundo populacional da Península é, ainda no século XII, fundamentalmente romano e cristão. Este facto permite-nos de resto afirmar, com novos dados, que a convivência pacífica de cristãos e mouros faz parte de uma contínua tradição peninsular. À excepção de períodos agudos de fundamentalismo cristão e islâmico a chamada luta entre mouros e cristãos pertence ao domínio da mitologia histórica.

Relativamente a Lisboa a arqueologia logrou até ao momento identificar um número significativo de comunidades moçárabes. Materiais pertencentes a igrejas moçárabes foram identificados em cinco locais de Lisboa, S.^{ta} Cruz do Castelo, S. Mamede, Sé Catedral no núcleo urbano de Luxbuna, bem como nos núcleos suburbanos, Santuário

de Santos, e Convento de Chelas ¹⁸. Mas se aplicarmos a grelha de leitura própria da arqueologia espacial e das marcações simbólicas do espaço torna-se mais clara a localização das comunidades moçárabes na Luxbuna islâmica. Note-se, uma vez mais que o estudo dessas comunidades só é actualmente possível a partir dos vestígios deixados por elas nos períodos tardios posteriores à Reconquista e através dos fenómenos de resistência e assimilação de que foram protagonistas.

¹⁴ Vd. ARAÚJO, Norberto, *Peregrinações em Lisboa*, 2ª ed., 10, Lisboa 1993, pág. 31.

¹⁵ Cf. BARROS, op. cit. id..

¹⁶ Vd. SILVA, Vieira, op. cit., págs. 202 a 239. O texto globalmente mais completo sobre o tema é o de: TAVARES, Maria José Ferro, *Os Judeus em Portugal no século XV*, 1 e 2, Lisboa, 1982-1984.

¹⁷ De entre a bibliografia sobre este assunto merece destaque especial: EDDÈ, Anne Marie, MICHEAU, Françoise, PICARD, Christophe, *Communautés Chrétiennes en Pays de l'Islam, du debut du VIIeme siècle au Milieu du XIeme siècle*, (Sedes), Paris, 1997.

¹⁸ Sobre o tema merece inegavelmente destaque o texto de: REAL, Manuel, *Inovação e Resistência: dados recentes sobre a Antiguidade Cristã no Ocidente Peninsular*, IV reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, Barcelona, 1995, págs. 17 a 68. Cf. igualmente: TORRES, Cláudio, *O Islão do Ocidente – Fenómenos de Permanência e Descontinuidade, Portugal Islâmico – os últimos Sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, 1998, págs. 57 a 60.

S. VICENTE E AS COMUNAS CRISTÃS

Chegados aqui torna-se fundamental dirigir a atenção para o significado e a importância que a figura de S. Vicente tem para o estudo das moçarabias peninsulares e nomeadamente para as moçarabias de Lisboa. A importância do fenómeno vicentino para a identificação das comunidades cristãs existentes na Cidade em época islâmica e após a Reconquista, exige alguma reflexão sobre o patrocínio e o culto do Santo antes da análise da localização das moçarabias em Lisboa.

O culto a este santo é anterior ao século VII no sul de Espanha, em Valência, Saragoça, Sevilha, Toledo, Cadiz. Sem data precisa, mas em período anterior ao ano Mil, está documentado em Córdoba e Loja, em Pigastro, em Ecija e Carmona. Com a invasão muçulmana o culto emigra para o alto Vale do Ebro (zona de Oviedo), para o Algarve, e para fora da Península: França (Metz nomeadamente) e Itália ¹⁹.

Uma das características da difusão do culto é a emigração de vários exemplares conhecidos do corpo do santo, da túnica e de outras relíquias. Como veremos no caso de Lisboa, em período imediatamente posterior à época islâmica, as relíquias que justificam o culto são trazidas por duas vezes e depositadas em locais diferentes.

Essa larga diáspora do corpo e das relíquias acompanha, em casos documentados (Oviedo, Saragoça, Algarve), a emigração de moçárabes, caso igualmente de Lisboa pois aí residiam os dois religiosos moçárabes que no relato de Estevão, Chantre da Sé de Lisboa, estiveram na origem da primeira remessa de relíquias para Lisboa ²⁰.

A área fulcral do culto do Santo é o sul da Península e a documentação indica expressamente, ou insinua, que o culto

vicentino permaneceu aí em quase todos os locais mencionados durante o período islâmico. Em Córdova a Basílica de S. Vicente foi inclusive partilhada, nos primeiros tempos da ocupação islâmica, entre cristãos e muçulmanos ²¹.

Três igrejas reivindicam em Lisboa a presença de relíquias vicentinas e do seu culto no período posterior à Reconquista: a Igreja de Santa Justa e Rufina, a Sé-Catedral e S. Vicente de Fora, localizadas em áreas urbanas onde a arqueologia exumou materiais moçárabes de época islâmica.

Santa Justa e Rufina foi uma das primeiras freguesias fundadas em Lisboa após a Reconquista e localiza-se no porto fluvial que servia as antigas igrejas de Santa Maria de Alcamim e S. Mamede, situadas acima na (en) Costa do Castelo ²². As duas santas são de origem sevilhana e patronas de oleiros ²³. Vêm do sul moçárabe, e apadrinharam, quem sabe, as olarias, aparentemente muçulmanas, que os arqueólogos têm descoberto na zona baixa da Cidade.

Santa Maria de Alcamim, ou das hortas, é uma Santa Maria a Velha que os Reconquistadores quiseram esquecer adicionando-lhe o nome de uma espécie de Hércules normando, S. Cristóvão, já que o rito latino reivindicava para a nova Igreja de Santa Maria Maior, a Sé-Catedral, a primazia do antigo hagiónimo. O mesmo aconteceu em Toledo com a disputa entre Santa Maria de Alfizem dos moçárabes e a Catedral “romana” de Santa Maria ²⁴. Soa-nos ao ouvido, depois da leitura da Carta a Osberto, a exclamação dolorida de “Maria Boa” com que os moçárabes de Lisboa morriam “de peste” pelas hortas, pelas “alcamim”. Peste pode talvez ter sido apelido de Normando... ²⁵

Nos vestígios da velha igreja de S. Mamede apareceram pedras de época islâmica com uma tipologia moçárabe ²⁶. As três igrejas: Santa Justa, Santa Maria e S. Mamede, localizam-se numa área restrita e o conjunto de elementos referenciados identificam seguramente uma moçarabia.

O segundo local de culto moçarabe, referenciado pela existência de materiais arqueológicos, é a zona da Igreja de Santa Cruz do Castelo onde foram encontradas pedras lavradas pertencentes a um templo moçarabe de época islâmica. É uma área que confina com a muralha e com a porta de Martim Moniz e não custa admitir que a lenda do guerreiro entalado na porta tenha origem numa tentativa visando franquear as portas da moçarabia aos cristãos do norte. Uma convivência e um gesto que teve inúmeros precedentes em toda a Península, nomeadamente em Santarém, sete meses antes, quando Afonso Henriques foi à conquista da Cidade ²⁷.

Mas a moçarabia estender-se-ia pelo arrabalde contíguo, perto do qual se estabeleceu igualmente o acampamento do Rei Conquistador. É também nessa área que o Rei, provavelmente em sinal de gratidão por ajuda prestada, implanta o Mosteiro de S. Vicente. Chama-se “de Fora” porque permanecia fora da autoridade do bispo e, provavelmente, servindo uma comunidade dotada de autonomia que expressou uma independência quase feroz nos episódios da disputa das relíquias do Santo, quando não na forte identidade e poder que o próprio mosteiro exibiu posteriormente. De qualquer modo, nem os cristãos do norte, cuja bandeira era, não o pacífico S. Vicente mas o batalhador Santiago, nem os cruzados coloneses que acampam um pouco abaixo do acampamento de Afonso, tinham, na altura da Reconquista, relação íntima de protecção e identidade social com o Santo dos moçárabes do sul a justificar a construção (ou reconstrução?) do Mosteiro.

O terceiro lugar de culto vicentino é, sem qualquer dúvida, a própria Sé-Catedral. Nas paredes da Sé existem pedras lavradas que, aparentemente, pertenceram a um templo cristão-moçarabe e cujos relevos são datáveis do século IX, anteriores portanto à construção da própria mesquita que veio a

erguer-se no actual claustro da Sé nos inícios do século XI. O grande culto lisboeta a S. Vicente foi, desde o século XII até à actualidade, prestado na Sé onde permanecem, de resto, as relíquias do Santo ²⁸.

A descrição do Chantre Estevão acerca da chegada das primeiras relíquias do Santo à Igreja de Santa Justa e Rufina é muito significativa pelo que diz e pelo subentende. As relíquias sobem o esteiro, a ribeira da Baixa, de noite e são depositadas em segredo em Santa Justa para, como diz Estevão, “impedir a violência de alguns”. Ao romper da manhã, e conhecida a presença do corpo do Santo na Igreja das Santas moçárabes, Estevão refere a violenta discussão entre os fregueses de S. Justa, os de S. Vicente de Fora e os da Sé pela posse do corpo. Gonçalo Egas capitaneando uma guarnição militar e com o auxílio do Deão da Sé, Roberto, arrebatam “manu militare” as relíquias e levam-nas para a Sé ²⁹.

A S. Vicente de Fora não resta mais que procurar, numa segunda expedição ao Algarve, novas relíquias que possam credibilizar o culto no Mosteiro. A devoção a S. Vicente continua apesar de tudo a ser muito intensa em Santa Justa o que permite que, no século XIV, a porta da Cerca Fernandina que dá acesso ao bairro cristão se chame ainda Porta de S. Vicente.

Mas S. Vicente revela verdadeiramente ser bandeira de moçárabes noutro registo, o da liturgia ou culto cristão. A liturgia de S. Vicente é, desde a Reconquista, realizada em rito moçárabe ou isidoriano, em Toledo, em Lisboa e provavelmente em outros locais da Península. E no entanto as Cruzadas fizeram-se para, do ponto de vista eclesiástico, unificar os rituais religiosos impondo o rito romano do Papa de Roma, garantia de ortodoxia contra heresias e divisões e símbolo da unificação religiosa e política da cúria papal. Isso era expresso pelo axioma que justificava a imposição do rito

romano: “lex orandi lex credendi” que pode traduzir-se livremente por “a forma de rezar é o modo de crer”.

Mas até há cinquenta anos atrás a Sé de Lisboa enchia-se, no dia 22 de Janeiro, dia de S. Vicente, de uma profusão, muito justamente dita, bizantina de, velas, sinos, incenso, cânticos moçárabes. A Sé pode ter arrebatado as relíquias, mas os moçárabes de Lisboa só lá iam nos velhos tempos desde que o culto fosse feito nos termos que eram os seus, na liturgia moçárabe que fora utilizada durante o período da ocupação islâmica de Lisboa 30.

Não devemos esquecer, por fim, que o Concelho de Lisboa, nascido da união das comunas cristãs da Cidade pós-Reconquista, tem ainda hoje por “ex libris” a bandeira dos moçárabes, S. Vicente.

¹⁹ REAL, op. cit. id., e id. Os Moçárabes do Gharb Português, Portugal Islâmico – os últimos Sinais do Mediterrâneo, Lisboa, 1998, págs. 35 a 56.

²⁰ Da bibliografia disponível preferiu-se o texto publicado por: NASCIMENTO, Aires Augusto, GOMES, Saúl António, *S. Vicente de Lisboa e Seus Milagres Medievais* (com tradução e comentário do texto de "Miracula S. Vicentii" de Mestre Estevão, Chantre da Sé Ulissiponense), Lisboa, 1988, págs. 33 a 37.

²¹ SAXER, op. cit. id. id..

²² SILVA, Vieira, op. cit. pág. 14 a 16.

²³ ROIG, Juan Fernando, *Iconografía de los Santos*, Barcelona, 1984, págs. 164 a 166.

²⁴ REAL, Manuel, 1995, pág. 41.

²⁵ CONQUISTA DE LISBOA..., 1936, págs. 108 e 109. Cf. igualmente: COELHO, António Borges, *Comunas ou Concelhos*, Lisboa, 1986, págs. 66 a 69.

²⁶ Agradecemos a comunicação oral feita por Manuel Real sobre este tema que veio completar os seus próprios textos: REAL, Manuel, 1995 e 1998.

²⁷ Referências ao assunto em SANTARÉM CIDADE DO MUNDO (Coordenação de Jorge Custódio), I, Santarém, 1997, pág. 71.

²⁸ REAL, Manuel, 1995, págs. 53 a 55.

³⁰ FALCÃO, José, *O Mártir S. Vicente e a Sua Liturgia*, Lisboa, 1974, págs. 5 a 18.

ÍNDICE

	Pág.
Lisboa Islâmica	3
Olisipo Pré-Islâmica	5
Luxbuna, a medina e os arrabaldes	7
Lyxbona Cristã	11
Lisboa Feudal – a cidade das comunas	13
Reconquista – heranças e reconfigurações	18
S. Vicente e as Comunas Cristãs	23